REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR SUBSTITUTIVO Nº 04 /2020

Altera a Lei Complementar nº 3.027/2007 (Código Municipal de Posturas) em seu artigo 40, para dispor sobre o procedimento de apreensão e remoção de veículos abandonados.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 40 da Lei Complementar nº 3.027, de 22.01.2007, passa a vigorar com alteração em seu *caput* e acrescido de §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, com a seguinte redação:

Art. 40. O veículo encontrado em estado de abandono em logradouros públicos será apreendido e transportado a depósito municipal, afastadas as disposições constantes dos artigos 13 a 33 desta Lei, facultado ao proprietário recuperá-lo desde que reembolse o Município pelas despesas de apreensão e guarda, observadas as disposições da Lei Municipal nº 4.141, de 31.10.2017.

§ 1º O estado de abandono, para os fins previstos no *caput*, caracteriza-se pelo estacionamento permanente em via pública durante pelo menos 15 (quinze) dias, apresentando uma das seguintes condições:

I - em decomposição de sua carroceria e de suas partes removíveis;

II - em visível e flagrante mau estado de conservação, com sinais de colisão ou objeto de vandalismo ou depreciação voluntária, ainda que coberto com capa de material sintético ou qualquer outra;

III - sem no mínimo uma placa de identificação obrigatória.

IV - outros evidentes sinais de abandono, apurados pelo fiscal e fundamentados no relatório.

§ 2º Constatado o abandono, o proprietário será devidamente notificado, pessoalmente, por via postal ou, caso não localizado, pela publicação da apreensão no diário oficial do Município e na página eletrônica da Prefeitura Municipal, constando placa do veículo e/ou sua descrição, local e data da apreensão.

§ 3º O proprietário terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para proceder à remoção do veículo, contadas da juntada do aviso de recebimento aos autos do procedimento ou, caso não localizado, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) após as publicações previstas no § 2º, a que ocorrer por último.

§ 4º Ultrapassado o prazo previsto no §3º sem que o proprietário tenha providenciada a remoção do veículo, o Município procederá conforme disposto no *caput* deste artigo, ainda que haja o oferecimento de defesa, que não terá efeito suspensivo.

§ 5º Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias após a apreensão, sem que tenha sido recuperado pelo proprietário, nos termos do *caput* deste artigo, presumir-se-á que não existe interesse em reaver o veículo, podendo o Município proceder à sua alienação.

Art. 2º O Município realizará a ampla divulgação das disposições desta Lei, em caráter educativo e informativo, inclusive junto a órgãos e entidades de classe sediados em Ponte Nova, órgãos e autoridades de trânsito e demais segmentos pertinentes.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Parágrafo único. Para os processos em andamento na data da publicação desta Lei, aplicar-se-ão as seguintes regras:

I – para os casos em que houve intimação positiva, a autoridade competente determinará a notificação do proprietário para remoção do veículo, fixando o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento, sob pena de remoção imediata pelo poder público, reportando-se como válida a notificação encaminhada para o endereço cadastrado no processo administrativo;

II – para os casos em que a intimação foi frustrada ou o processo corre à revelia, adotar-se-á a intimação mediante edital e procedimentos de remoção previstos nos §§ 2º e 3º do artigo 40 da Lei Complementar Municipal nº 3.027, de 22.01.2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições contrárias.

Ponte Nova, de de 2020

Wagner Mol Guimarães
Prefeito Municipal

Fernando Antônio Andrade
Secretário Municipal de Governo

Sandra Regina Brandão Guimarães
Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Iniciativa:
Carlos Alberto Montanha da Silva – MDB

MESA DIRETORA

Ana Maria Ferreira Proença – Presidente

Francisco Pinto da Rocha Neto – Vice-Presidente

Antônio Carlos Pracadá de Sousa – Secretário